

Saraiva Guerreiro diz que os latinos querem sensibilizar os credores

por Suely Caldas
do Rio

Não haverá cartel de devedores, mas a reunião de Cartagena (Colômbia), na quinta-feira próxima, tentará ser o ponto de partida para a criação de "um quadro mais propício que sensibilize os países credores a negociarem prazo mais longos de amortização e carência, juros mais baixos e acesso ao mercado internacional". É com essa visão que o chanceler Saraiva Guerreiro embarcará para a Colômbia nos próximos dias, convicto de que, após dois anos de crise, os países credores e devedores já amadureceram o suficiente para entender a necessidade de convergir.

A reunião tentará recuperar o objetivo a que se propunha a carta dos chefes de Estado de quatro países latino-americanos e que não chegou a causar efeito na reunião de cúpula de Londres, por "ter chegado atrasada". Essa foi a opinião expressada a este jornal pelo embaixador norte-americano, Diego Asencio, logo após a declaração do ministro brasileiro. Para Cartagena, seguirão nesta semana dois ministros de Estado (Saraiva Guerreiro e Ernane Galvêas) e o diretor da área internacional do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano.

Homenageado com um almoço por banqueiros de investimento, sexta-feira no Contry Clube do Rio de Janeiro, o chanceler brasileiro manifestou confiança nos resultados do encontro de Cartagena. Ele não crê que os países devedores saiam de lá com uma estratégia única de encaminhamento de renegociação de suas dívidas, mas vê o encontro como mais uma etapa da campanha de pressão política dos países devedores, iniciada com a carta dos chefes de Estado, e que continuará depois de Cartagena.

Não há, no entender Saraiva Guerreiro, uma proposta concreta e acabada para ser levada a Cartagena. Há idéias em relação ao tratamento que deve ser dispensado aos países devedores. "O importante", disse, "é convencer os credores que essas idéias devem ser objeto de decisão política de seus governos." Guerreiro acha que a diplomacia deve sempre se dirigir aos governos e nunca aos banqueiros, e a prioridade da negociação com governos também foi defendida pelo presidente da Anbid, Ary Waddington, no discurso de saudação ao chanceler brasileiro.

PREFERENCIA

Ao lado do ex-chanceler Afonso Arinos, Saraiva Guerreiro ouviu atento a saudação em sua homenagem. Do almoço participaram, entre outros, o senador Roberto Campos, o embaixador Diego Asencio e o embaixador brasileiro na ONU, Sérgio Correia da



Ramiro Saraiva Guerreiro

Costa. O banqueiro Walter Moreira Sales era a figura mais expressiva do setor privado. Os demais empresários eram executivos médios dos bancos de investimento, o que motivou um comentário apimentado do vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), economista Paulo Guedes: "A julgar pela expressão dos presentes, conclui-se que os banqueiros não acreditam muito na negociação política da dívida. Preferem a negociação técnica".

A opinião do chanceler brasileiro não diverge em quase nada do que disse o embaixador Diego Asencio sobre a reação dos países ricos na reunião de Londres, no final da semana passada. O diplomata norte-americano acha que a carta dos chefes de Estado chegou em cima da hora, não havendo tempo para uma discussão mais elaborada sobre ela. Guerreiro nega-se a considerar indiferente e fria à reação dos países desenvolvidos, definindo-a como "a reação que foi possível e admissível".

ALERTA

Acrescentou que a carta não visou a reunião de Londres, mas reagir contra a retomada da alta das taxas de juros. Porém, Guerreiro fez um alerta aos países ricos. "Os nossos chefes de governo podem até aceitar o desgaste político que representa o efeito social dos ajustes econômicos a que estão obrigados, mas é preciso evitar que esses ajustamentos cheguem a uma situação de explosão social, que não dá condições ao País de pagar sua dívida. Como reverter essa espiral?", indagava o ministro, confessando não ter resposta.

Quanto a possíveis concessões nas leis brasileiras, como a de remessa de lucros, para atrair mais capital estrangeiro, como ponto de negociação com os credores, o ministro afirma ser uma questão de medida, não de decisão simples e arbitrária. "Consideramos interessante atrair o capital estrangeiro e o desejamos. Mas, certamente, hoje, o quadro jurídico não é o entrave para que ele venha para nosso país", arrematou.